

# A usabilidade e o comportamento informacional como estratégia de melhoria do Portal de Transparência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Saul Lincoln Bezerra de Araujo  
lincolnadm@hotmail.com

Recebido em: 15/08/2023

Aceito em: 25/06/2024

## Resumo

Este artigo discute a importância da usabilidade e do comportamento informacional como estratégias para aprimorar o portal de transparência da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e avalia a disposição das informações nele contidas. Apesar da existência de dispositivos legais que regulamenta o tema, é necessário melhorias dentro desse complexo conceitual. A relevância dos portais de transparência como ferramenta para exercer a cidadania, fiscalizar e combater a corrupção é destacada, exigindo que os órgãos públicos forneçam informações acessíveis e orientadas para o usuário. A metodologia adotada consiste em pesquisa qualitativa, utilizando pesquisa bibliográfica e análise do portal da UFRN, com abordagem descritiva. A padronização dos critérios de apresentação das informações visa facilitar a busca pelos usuários, contribuindo para seu conforto durante o acesso. Essas iniciativas são fundamentais para fortalecer um estado democrático e participativo no combate à corrupção.

**Palavras-chave:** transparência, usabilidade, comportamento informacional, informações.

## *Usability and informational behavior as a strategy for enhancing the Transparency Portal of Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)*

### Abstract

*This article discusses the importance of usability and informational behavior as strategies to enhance the transparency portal of the Federal University of Rio Grande do Norte (UFRN) and evaluates the arrangement of the information therein. Despite the existence of legal provisions regulating the subject, improvements within this complex conceptual framework is required. The significance of transparency portals as tools to exercise citizenship, oversee, and combat corruption is underscored, demanding that public entities provide accessible information geared towards the user. The methodology employed comprises qualitative research, incorporating bibliographical research and analysis of the UFRN portal, with a descriptive*

*approach. Standardizing criteria for presenting information aims to facilitate user searches, enhancing their comfort during access. These initiatives are crucial for strengthening a democratic and participatory state in combating corruption.*

**Keywords:** transparency. Usability. informational behavior. information.

## 1 INTRODUÇÃO

Um dos fundamentos básicos como alicerces de um país democrático é a transparência, ela contribui para o exercício da cidadania e para que a sociedade e os órgãos de controle possam fiscalizar e questionar, de forma coerente e com observância as legislações vigentes, pontos que divergem do interesse público transmitindo, assim, a responsabilização da administração com a coisa pública.

Para a concretização desse feito, é necessário uma transparência que reverencie à ética do bom relacionamento com os cidadãos no combate a ineficiência e a corrupção, como também, proteger o patrimônio público de possíveis desvios ou mau uso dos recursos.

É necessário ficar atento ao elo entre a transparência do poder público e o avanço da democracia no nosso país, no sentido que, transfere aos gestores a total responsabilidade na execução das metas e impulsionam a eficiência e o comprometimento direto na administração na aplicação do dinheiro público. Uma vez esclarecida, a sociedade coloca-se como agente de fiscalização e controle das ações do setor público (ou pelo mesmo deveria ser).

O fornecimento das informações em uma linguagem mais simples e clara possibilitará o alcance de grande parte dos objetivos sociais traçados em seus orçamentos, caminhando para controles que permitam o melhor atendimento das demandas da sociedade, conforme descrito por Lima *et al.* (2019, p.43), “uma interface agradável em que o usuário se sente confortável para realizar suas tarefas”. Contudo, é necessário compreender como padronizar e como disponibilizar tais informações, para depois deliberá-las de forma adequada à sociedade em geral.

### 1.2 JUSTIFICATIVA

O artigo visa investigar como se apresenta a disponibilização de informações no portal de transparência da UFRN, pois, como a fiscalização em tempos atuais é feita de maneira mais categórica pelos órgãos de controle, o controle social e a participação da comunidade acadêmica nesse tipo de fiscalização ainda são tímidos ou quase inexistentes pela necessidade de conhecimento em áreas específicas. Informações que não despertam e não atendem os interesses dos usuários, como também, a forma como são disponibilizadas essas informações. A proposta é de potencializar esse tipo de controle facilitando a compreensão e acesso pelo cidadão em uma linguagem de formato simples e objetiva, utilizando conceitos da usabilidade e do comportamento informacional para o fortalecimento da transparência dentro da Universidade propondo melhorias e mudanças que contribuam nesse sentido.

### 1.3 OBJETIVOS DA PESQUISA

#### 1.3.1 Geral

O objetivo geral deste trabalho é apresentar possíveis melhorias como estratégia de fortalecimento do portal de transparência da UFRN.

#### 1.3.2 Específicos

Examinar os conteúdos das informações disponibilizadas pela UFRN em seu portal de transparência na perspectiva funcional e não funcional da usabilidade;

Definir as características da informação, de acordo com características do estudo do comportamento informacional, como estimular o interesse dos usuários em fazerem uso das informações disponíveis.

## 2 USABILIDADE E O COMPORTAMENTO INFORMACIONAL INSERIDOS NO CONTEXTO DA TRANSPARÊNCIA

### 2.1 OS AVANÇOS INICIAIS DA TRANSPARÊNCIA TRAZIDOS COM A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Os elementos de grandes impactos nas mudanças das condutas e das rotinas administrativas foram a criação da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e das resoluções dos tribunais de contas acerca dos gastos públicos e de controle. Elas abordam temas sobre a responsabilidade fiscal, o acesso à informação pela sociedade e o controle, nelas estão relacionados todos os procedimentos que a administração pública deverá tomar como prática rotineira. Todos os entes e instituições da união estão subordinados a essas leis e, no caso das resoluções, cada estado cumpre as determinações dos tribunais de contas locais.

A Lei Complementar nº 101/2000, a LRF, aborda assuntos como o orçamento, o tratamento das despesas e receitas, os gastos com pessoal entre outras matérias, abordando ainda de maneira menos abrangente o elemento da transparência. Nesse sentido, a ideia principal do que era abordado pela LRF ainda estava intrinsecamente ligado à contabilidade pública que na época da implantação dos dispositivos desta lei dava início a um caminho de mudanças que viriam para fortalecer o controle e transparência, necessitando de uma colaboração mútua entre este setor e o da administração pública em geral, como também o início da preocupação do controle dos gastos públicos, com ênfase maior para os gastos com pessoal, fator esse que é considerado o marco da LC 101/2000.

### 2.2 A TRANSPARÊNCIA NA ÓTICA DA USABILIDADE.

Ter um maior controle sobre os recursos públicos dentro de uma sociedade possibilita uma maior eficiência na utilização destes pela máquina pública quanto a prevenção de possíveis desvios que possam surgir decorrentes da falta de um controle mais cristalino. A padronização na disponibilização dessas informações permite um controle social mais direto sobre os recursos compreendendo a origem das receitas e identificando onde estão as fontes geradoras das despesas públicas.

Primeiramente é necessário que se tenha uma ideia do que é padronização, conforme descreve Brunsson e Jacobsson (2000, tradução nossa), a padronização é uma forma sistemática de coordenar, controlar e escolher, que possam garantir a previsibilidade através de sistemas extensos e impessoais ao invés de interação direta, exercida apenas por indivíduos e situações interessadas. Assim, através da padronização pode-se otimizar a utilização dos controles disponíveis, seja ele interno, externo ou social, fazendo com que aconteça um monitoramento mais efetivo.

Um tema que contribui relevantemente para esse propósito e que também faz uso da tecnologia e de seus produtos capaz de tornar a informação disponível para seus receptores, é a usabilidade. Esta apresenta-se como forma de mensurar a satisfação quanto a utilização da informação, otimizar como ela estará disponível e o entendimento da mesma por seus usuários. A abordagem desse termo, foi utilizado inicialmente pela Ciência da Computação, porém bastante encontrado também na Ciência da Informação e no contexto desse artigo se faz necessário seu entendimento para que se compreenda o complexo ambiente que envolve a seara da informação/usuário. No âmbito da Ciência, a Informação, como elemento de comunicação entre atores interessado num contexto em comum, Capurro e Hjørland (2007) facilitam essa compreensão conceituando-a e a descrevendo conforme a seguir:

Informação é qualquer coisa que é de importância na resposta a uma questão. Qualquer coisa pode ser informação. Na prática, contudo, informação deve ser definida em relação às necessidades do grupo-alvo servido pelos especialistas em informação, não de modo universal ou individualista, mas, em vez disso, de modo coletivo ou particular. Informação é o que pode responder questões importantes relacionadas às atividades do grupo-alvo (Capurro; Hjørland, 2007, p. 187).

Falta, no tocante da transparência das informações disponibilizadas pelos órgão e instituições públicas, um foco maior em seu usuário, no atendimento de suas necessidades e no formato da disponibilização das mesmas de maneira que atraiam os interesses e facilitem o entendimento de quem precisa consumi-las. É interessante a reflexão proposta por Machado, Vianna e Matias (2020) “até que ponto os objetos tecnológicos, atualmente, apresentam critérios de usabilidade do ponto de vista do usuário?” assim, reforça a ideia de que as informações, da maneira como estão dispostas, partem do interesse de quem as estão divulgando, não visando o receptor, que nesse caso despenderá de um esforço maior para utilizá-la no formato que ali está.

Para Rodrigues Pereira *et al.* (2021), é preciso analisar a perspectiva funcional e não funcional da usabilidade de como as informações são dispostas. Quanto a perspectiva funcional, diz respeito a como o *site* se apresenta quanto a sua interface e de que maneira ele atende as necessidades dos usuários da informação. Já o aspecto não funcional, está relacionado com a forma de como se dar a interação com *site*. Ainda segundo Rodrigues Pereira *et al.* (2021), demonstra que sua pesquisa expressou a necessidade de dar mais ênfase no formato como as informações estão sendo apresentadas pela administração pública, e nesta pesquisa em questão, a gestão universitária, para que essas sejam claras, compreensíveis e esclarecedoras para os usuários e com a sua devida qualidade exigida.

A usabilidade relacionada com os elementos tecnológicos que proporcionam a recuperação da informação e a forma como a mesma é disponibilizada, Machado, Vianna e Matias (2020) discorrem sobre o uso de artefatos tecnológicos para esse fim.

Especificamente o uso de artefatos tecnológicos implicam diferentes formas de conhecimentos, práticas e habilidades. A análise desse uso pode condicionar a necessidade de adoção de uma metodologia apropriada que permite o desenvolvimento e a expansão de novos conhecimentos. (Machado; Vianna; Matias, 2020, p.17).

Com o foco principal da informação passando a ser direcionado as necessidades dos usuários, conforme apontam os pilares da usabilidade, o propósito da transparência pública se entrelaça com os princípios norteadores de temas como esse dentro da CI.

Wilson (1981) afirma que os sistemas de informações são compostos por dois subsistemas, um vivo que é o ser humano (o usuário) e o tecnológico, que são todas as ferramentas, máquinas e tecnologias adotadas para transmitir a informação. Para ele existe uma confusão entre a associação das palavras “informação” e “necessidade”, pois o termo necessidade assume outras conotações como a de “necessidades humanas” que ao pesquisar, ele estabelece como necessidades fisiológicas, afetivas e cognitivas.

Para Wilson (1999) as informações podem não ser uma necessidade primária, mas uma secundária que nasce de uma necessidade básica do ser humano. Para Guinchat e Menou (1994, p. 516), “O verdadeiro problema da qualidade da informação é dar a cada um, quando tem necessidade, a informação feita sob medida, que lhe permita melhorar suas decisões e seu bem-estar”. Assim, a forma como a informação se apresenta, contribui para o atendimento de diversos tipos de necessidades.

## 2.2 A NECESSIDADE DA COMPREENSÃO DO COMPORTAMENTO INFORMACIONAL NA EFETIVIDADE DO USO DA TRANSPARÊNCIA.

O comportamento na busca por informações partindo dos pressupostos de Wilson (1981, 1999) e sendo aplicada ao tema da transparência, mostra que os usuários partem de um problema social ou não atendido pela administração pública, o qual gera uma necessidade básica, que por último, resulta na busca de informações a respeito dos temas que contribuirão para o atendimento dessas através da prestação dos serviços públicos. Segundo Guinchat e Menou (1994), o comportamento informacional se apresenta de acordo com as relações presentes entre o usuário e as unidades de informação e os produtos e serviços em diversos níveis. Assim, essa influência em relação ao comportamento se dá de acordo com a formação, treinamento e acessibilidade em que o usuário possui.

Nesse sentido, o comportamento informacional pode ser definido como a maneira que as pessoas utilizam, buscam, necessitam e transmitem informações nos diversos meios e situações que o envolvem. Considerando essa linha de pensamento, considera-se o comportamento como um tema presente na administração pública e, particularmente, na transparência, se mostrando relevante e que deve ser levado em consideração no arcabouço teórico ligado ao acesso de informações pelos usuários de serviços públicos, e no caso exposto, pelos usuários dos serviços disponibilizados pela UFRN.

Por fim, o destaque é para a importância que o usuário apresenta nesse contexto, suas necessidades e como irão encontrar e usar as informações que precisam, se há uma facilidade para encontrá-las, se sua satisfação foi atendida e se irá gerar resultados para o mesmo. A princípio tudo é levado em consideração, o aparato tecnológico, o ambiente, o contexto, porém, o que irá utilizá-la ainda não é colocado em destaque nessa analogia.

## 3 METODOLOGIA

Quanto à natureza foi uma pesquisa com abordagem qualitativa, quanto aos meios, foi utilizada pesquisa bibliográfica juntamente com a análise do portal da UFRN, quanto aos fins, se deram através de uma pesquisa descritiva, conforme Oliveira (2002) expõe que a pesquisa bibliográfica faz o uso de fontes primárias e secundárias e demais materiais científicos e tecnológicos para o desenvolvimento de trabalhos científicos.

O presente trabalho foi desenvolvido analisando portal de transparência da UFRN (<https://www.ufrn.br/institucional/transparencia-e-prestacao-de-contas>) buscando analisar como as informações são disponibilizadas nesse meio.

## 3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

As investigações que deram início às atividades desse trabalho tiveram seu ponto de partida através da página do portal de transparência da UFRN (<https://www.ufrn.br/institucional/transparencia-e-prestacao-de-contas>).

O primeiro passo foi levantar o que seria analisado no portal da UFRN, foi notado que, em relação ao tema, seria prudente a análise da perspectiva funcional e não funcional da usabilidade e de como as informações eram dispostas, se o acesso era direto ou transferido para outra página, se era de fácil entendimento, se necessitaria de informações acessórias para facilitar a compreensão e se existem elementos que contribuam para a interação com o *site* e facilitem a maneira como o usuário busca as informações.

No portal da transparência estão presentes todas as informações relacionadas a objetivos, metas, indicadores de desempenho, valor público, estrutura organizacional, competências e legislação aplicável, endereços, telefone das unidades e horários de atendimento ao público, principais cargos, seus ocupantes e rol de responsáveis, programas, projetos, ações, obras e atividades, relatório de gestão, execução orçamentária e financeira, servidores e remuneração, repasses e transferências, demonstrações contábeis e notas explicativas, licitações e contratos, autoridade de monitoramento e serviço de informação ao

cidadão, supervisão, controle e correição entre outras informações abertas para o acompanhamento das ações, como também, o controle e fiscalização de todos os atos praticados pela UFRN, conforme demonstra a Figura 1.



**Fonte:** Portal de transparência da UFRN<sup>1</sup>

Alguns acessos são direcionados para o portal de transparência do Governo Federal, como é o caso da execução financeira e orçamentária e a aba de servidores e remuneração, adotados como exemplo nesse artigo. Outros relacionados a estrutura organizacional são direcionadas para o portal da própria universidade e a parte de licitações e contratos o link te transfere para o SIPAC, por exemplo. A disposição das informações na página do portal da universidade, se apresenta como uma biblioteca de “links” que te direciona para a página específica de acordo com o tipo de informação que se busca.

Nessa perspectiva, foram analisadas as informações de caráter orçamentário e financeiro, já que no decorrer do trabalho exposto é descrito a importância de controle e fiscalização dos recursos públicos. Ao iniciar o diagnóstico pelo tópico “Despesas por órgão: execução orçamentária e financeira”, levando em consideração os critérios da usabilidade, é possível perceber inicialmente que as informações dispõe de gráficos e tabelas que facilitam a interpretação e melhoram a visualização de maneira genérica sobre cada assunto.

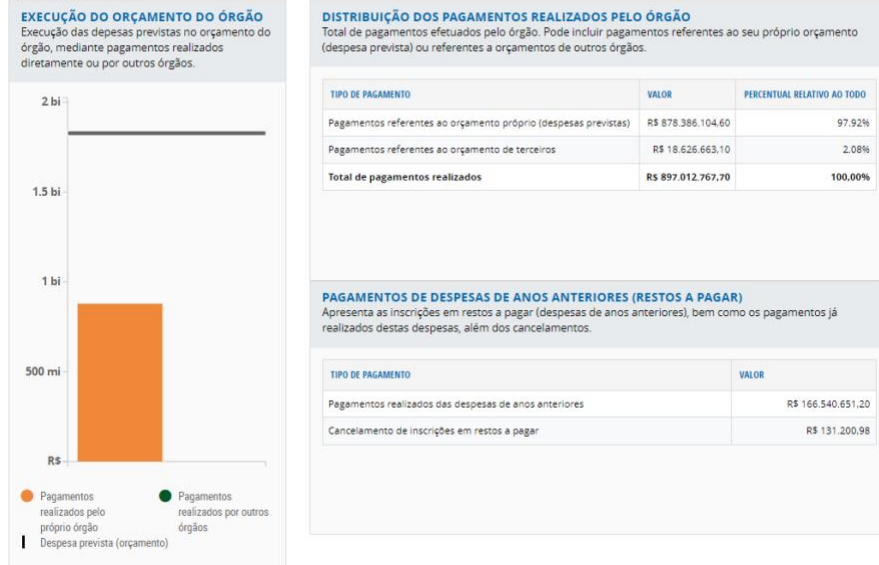
Dessa forma, a apresentação proporcionada pelo portal permite que usuário, mesmo que não possua conhecimentos técnicos referente ao algum tipo de assunto específico, interpretem, por mais simplista que seja, o teor da informação apresentada, conforme segue apresentado pelas Figuras 2 e 3 a seguir:

**Figura 2- Tela das Despesas do órgão: execução orçamentária e financeira**

**Despesas do órgão: execução orçamentária e financeira**

As despesas do orçamento do órgão podem ser executadas diretamente, ou por outros órgãos, mediante destaques ou descentralizações de recursos. Veja a execução orçamentária e financeira do órgão nos gráficos abaixo.

[DETALHAR EXECUÇÃO DAS DESPESAS](#)

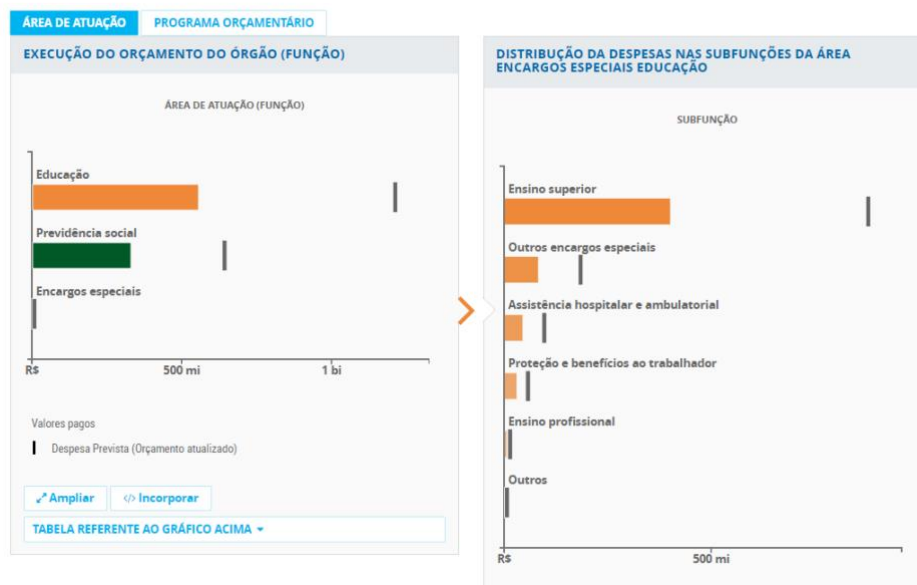


Fonte: Portal de transparência da UFRN<sup>1</sup>

**Figura 3 - Tela da Execução do orçamento do órgão**

**Execução do orçamento do órgão**

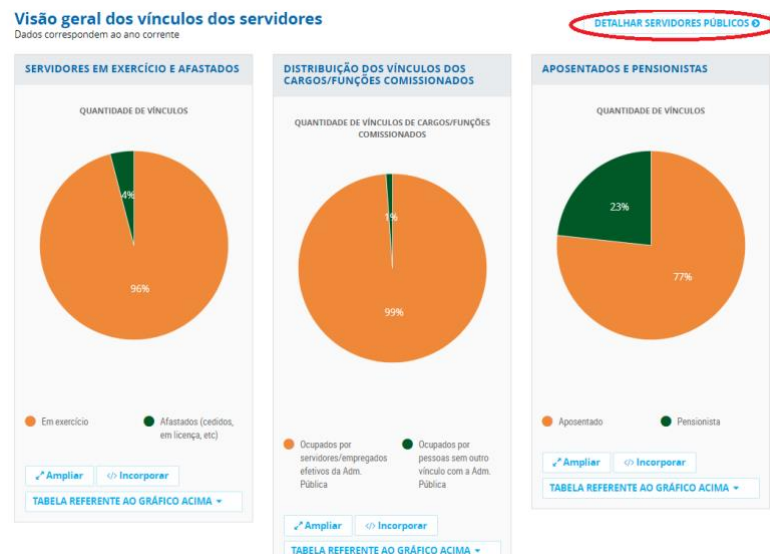
[DETALHAR EXECUÇÃO DAS DESPESAS](#)



Fonte: Portal de transparência da UFRN<sup>1</sup>

É importante o tipo de linguagem adotada, pois contribui para que o controle social e a fiscalização sejam feitos de maneira efetiva e que os usuários façam uso desse meio de interação democrática entre a gestão e a comunidade acadêmica como forma de cobrá-los. A exemplo do que foi apresentado, existe a opção de detalhar a informação, conforme Figura 4 na barra superior direita em destaque, porém, são apenas dados organizados em planilhas que necessitam ser garimpados, caso haja a necessidade de uma informação mais específica.

**Figura 4 - Tela da visão geral dos vínculos dos servidores**



Fonte: Portal de transparência da UFRN<sup>1</sup>

Ao entrar nesse campo, é possível obter informações mais específicas sobre servidores, no caso do exemplo adotado, conforme é apresentado pela Figura 5. Um detalhe que merece destaque, é o de que a base de dados utilizada como fonte da última atualização do portal é de abril de 2023, tendo em vista que o mês corrente em que a análise foi realizada em julho de 2023, encontra-se um lapso temporal significativo, que não representa a tempestividade exigida por lei para a disponibilização da informação para seus usuários.

**Figura 5 - Tela do “Detalhar servidores públicos”**

Dados atualizados até: 04/2023 (Banco Central do Brasil (BACEN) - Servidores), 04/2023 (Comandos Militares - Servidores), 04/2023 (Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) - Servidores)

**Tabela de dados**

DETALHAR	ÓRGÃO SUPERIOR LOTAÇÃO	ÓRGÃO LOTAÇÃO	ÓRGÃO EXERCÍCIO	ATIVOS	INATIVOS	PENSIONISTAS
Detalhar	Ministério da Economia	Governo do Ex-Território Federal do Amapá	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Economia	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Universidade Federal do Pará	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Universidade Federal de Pernambuco	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Universidade Federal de Mato Grosso	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Fundação Universidade Federal do Tocantins	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Universidade Federal do Piauí	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Universidade Federal da Paraíba	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Fundação Universidade Federal do ABC	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Fundação Universidade Federal do Amapá	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	2	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Universidade Federal Fluminense- RJ	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0
Detalhar	Ministério da Educação	Instituto Federal de Mato Grosso do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	1	0	0

Fonte: Portal de transparência da UFRN<sup>1</sup>

Partindo dos pontos norteadores da usabilidade, pode-se destacar quanto a perspectiva funcional, que diz respeito a como o site se apresenta em relação a sua interface e de que maneira ele atende as necessidades dos usuários da informação.



A primeira percepção é que com a utilização de imagens e gráficos, os mesmos contribuem para uma visualização mais limpa de informações e também mais intuitiva, facilitando a interpretação quanto a apresentação de números e proporcionalidades em relação a cada tipo de informação. Já quanto o aspecto não funcional, que aborda a forma de como se dar a interação com *site*, como no exemplo da Figura 3 acima, não existe uma legenda orientadora que contribua para a interpretação das informações disponíveis em seus gráficos, assim, como melhoria para a qualidade do portal, poderia implementar esse elemento pensando na facilitação da compreensão pelo usuário e no atendimento de suas necessidades.

A contribuição da usabilidade para o aperfeiçoamento dos meios utilizados na disponibilização das informações pertinentes a transparência da universidade, poderia ser elencada com a utilização de legendas nos gráficos de forma resumida sobre o que representa aquela informação e qual o seu impacto para os usuários, e, ainda, a utilização de vídeos explicativos e manuais que facilitariam a compreensão e interpretação do que está sendo apresentado. Dessa forma, a possibilidade de serem sanadas as dúvidas ao decorrer da busca de determinado assunto em imediato seria alcançada.

Ao se verificar se existe alguma maneira de como estimular o interesse e como os usuários fazem o uso das informações disponíveis, de acordo com características do estudo do comportamento informacional, seria interessante a criação de um índice com um rol de assuntos mais pesquisados para facilitar a encontrabilidade da informação, como também, poderia utilizar o artifício da inteligência artificial na pesquisa da página, com a digitação de termos simples, sem buscá-la pela literalidade de suas palavras, como é o caso de muitos *sites*, que, ao pesquisar o termo “despesas com educação” ele filtra tudo aquilo intitulado “despesa” e “educação”, não fazendo a interpretação dos dois termos juntos e buscando um resultado mais específico.

É compreensível a carência de uma análise mais profunda do portal a identificar todos os elementos que necessitem serem corrigidos, repensados ou reformulados. Para isso, um esforço maior e minucioso de todos os elementos presentes na página deve ser feito para esse diagnóstico.

Dessa forma, atendendo o objetivo geral desse trabalho que é apresentar possíveis melhorias como estratégia de fortalecimento do portal de transparência da UFRN, foram expostas mudanças que promoveriam o uso das informações pelos usuários e facilitariam sua interpretação, de modo que, o despertar do interesse das pessoas que a buscam torna-se a informação útil e relevante quanto ao seu propósito primordial que é munir os aqueles de conhecimento.

No Brasil, em virtude do número reduzido de auditores para fiscalizarem de maneira efetiva e temporal os órgãos e instituições públicas, a transparência se alia a esse trabalho fortalecendo o controle e combate a corrupção através do acesso as informações pela população.

Segundo matéria “Tribunal adere ao Programa Nacional de Transparência Pública” publicada pelo Tribunal de Contas da União em novembro de 2022, o ministro Bruno Dantas afirma que a Lei de Acesso a Informação densificou o que já vinha previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988 e afirma que será adotado padrões mais rigorosos e elevados no tocante da transparência na administração pública (TCU, 2022). O TCU está executando uma análise em todos os *sites* institucionais da administração pública nas três esferas de governo, nos três poderes, nos tribunais de contas, ministério público e defensorias públicas a respeito da transparência ativa adotada (TCU, 2022). O marco desse avanço, será a criação de um portal denominado “Radar da Transparência Pública”, nele serão reunidas todas as informações presentes nos portais públicos.

Trata-se de um grande salto para o controle social, essa nova ferramenta elaborada pelo TCU, facilita a busca por informações em apenas um local, contribuindo e fortalecer a fiscalização da sociedade perante a administração pública, promovendo democracia e melhorando a gestão.

Dados apresentados pelo Tribunal de Contas da União no “Relatório Sistemático sobre Transparência Pública”, mostram que apenas 27% dos órgãos foram considerados como aprimorados (nível mais avançado) na adoção da prática de “promoção da transparência, responsabilidade e prestação de contas”. Em outra análise mais preocupante, apenas 53% das organizações públicas federais possuem um modelo de transparência em pleno funcionamento, mesmo após a vigência da Lei de Acesso a Informação (TCU, 2018), uma representatividade muito baixa no universo da administração pública federal, mesmo após inúmeros trabalhos e eventos de conscientização sobre a importância e o dever de ser transparente perante a sociedade.

Diante disso, outro dado apresentado nesse mesmo relatório é que 73% das organizações responderam que ainda se encontram em estágio inicial na adoção de dados aderentes aos princípios de dados abertos (TCU, 2018). É necessário que sanções mais pesadas sejam adotada para a correção de situações como essa tão alarmantes. É preocupante o fato de o Tribunal de Contas da União, como órgão de controle, não adotar uma postura mais agressiva quanto ao atendimentos dos requisitos legais da LAI por órgãos que, ainda, estão em fase inicial quanto a disponibilização de dados abertos. Porém, vale ressaltar que, transparência não é apenas disponibilizar informação, é preciso que a torne compreensível ao público em geral.

Portanto, percebe-se ainda a precariedade do modelo de transparência adotada no país, onde inúmeros quesitos terão que ser avaliados com mais frequência e posturas deverão ser adotadas para corrigir possíveis falhas quanto ao cumprimento da Lei de Acesso a informação.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O portal de transparência da UFRN quanto ao seu papel de informar, após ter sido analisado mesmo que de forma genérica, foi possível verificar uma apresentação significativa de informações, utilizando um formato que contribui para o entendimento e interpretação das informações disponibilizadas, mas, no geral, ainda possuem pontos a serem melhorados, seja pela forma como é fornecida, seja pela estrutura adotada quanto ao portal ou seja pela falta de informação acessória que contribua na interpretação das informações ali apresentadas.

Desse modo, é necessário, a formação de critérios que padronizem a maneira de como apresentá-las, para que os usuários se sintam mais confortáveis ao efetuarem a busca. Assim, o portal se mostra como um grande provedor de informações pertinentes a atividade da universidade e como se dá a utilização de recursos, porém ainda necessita de algumas implementações para otimizar a utilização desse meio como ferramenta de fomento a fiscalização e controle contra o mau uso da coisa pública.

#### REFERÊNCIAS

BRUNSSON, N.; JACOBSSON, B. The contemporary expansion of standardization. *In*: BRUNSSON, N. et al. **A World of Standards**. Oxford University Press, 2000.

BRASIL. **Lei de responsabilidade fiscal**. Disponível em: <[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm)>. Acesso em: 23 dez. 2022.

CAPURRO, Rafael; HJORLAND, Birger. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 12, n. 1, p. 148-207, jan./abr. 2007. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/pci/a/j7936SHkZJkpHGH5ZNYQXnC/?format=pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

CRUZ, Flavio da (Coord.). **Lei de responsabilidade fiscal comentada**: lei complementar n.101, de 4 de maio de 2000. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

GUINCHAT, C.; MENO, M. **Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação**. 2. ed. rev. aum. Brasília: Ibict; CNPq, 1994.

LIMA, I. F. et al. Avaliando a usabilidade dos websites de editoras universitárias brasileiras. **Revista de Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 14, n. 1, p. 42-53, 2019.

MACHADO, R. B.; VIANNA, William Barbosa; MATIAS, M. Ciência da informação e usabilidade: relações conceituais fundamentais. **INCID: Revista de Documentação e Ciência da Informação**, v. 10, p. 4-19, 2020. Disponível em: <<https://brapci.inf.br/index.php/res/download/134961>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

OLIVEIRA, Sílvio Luiz de. **Metodologia Científica Aplicada ao Direito**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

PEREIRA, Jaílson Rodrigues et al. A qualidade da usabilidade dos portais de transparência das universidades federais do Nordeste do Brasil. **Revista do Serviço Público (Online)**, v. 72, p. 803-823, 2021. Disponível em: <<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/4795>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Tribunal adere ao Programa Nacional de Transparência Pública**. Disponível em: <<https://portal.tcu.gov.br/imprensa/noticias/tcu-adere-ao-programa-nacional-de-transparencia-publica.htm>>. Acesso em: 11 jul. 2023.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório Sistêmico sobre Transparência Pública**. Disponível em: <[https://portal.tcu.gov.br/data/files/16/63/C5/6F/46A1F6107AD96FE6F18818A8/Fisc\\_Transparencia.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/16/63/C5/6F/46A1F6107AD96FE6F18818A8/Fisc_Transparencia.pdf)>. Acesso em: 11 jul. 2023.

WILSON, T.D. On user studies and information needs. **Journal of Documentation**, v. 37, n. 1, p. 3-15, 1981. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/eb026702>>. Acesso em: 28 jun. 2023.

WILSON, T.D. Models in information behavior research. **Journal of Documentation**, v. 55, n. 3, pp. 249-270, 1999. Disponível em: <<https://doi.org/10.1108/EUM0000000007145>>. Acesso em: 28 jun. 2023.